

BAMÉRCIO SEGUROS S.A. - " Em aprovação"
(Anteriormente denominada BAMÉRCIO S.A.
PREVIDÊNCIA PRIVADA)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018

BAMÉRCIO SEGUROS S.A. - " Em aprovação"
(Anteriormente denominada Bamércio S.A. Previdência Privada)

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2018

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Bamércio

BAMÉRCIO SEGUROS S.A. "Em aprovação"
(Antiga BAMÉRCIO S.A. PREVIDÊNCIA PRIVADA)
C.N.P.J. 50.662.436/0001-14

Relatório da Administração:

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.^{as} as demonstrações contábeis da Bamércio Seguros S.A. "em aprovação" (antiga Bamércio S.A. Previdência Privada), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017, preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes.

Os negócios sociais se constituíram principalmente na operação de planos de previdência complementar, com a comercialização exclusiva de planos de pecúlio. Atendendo ao disposto na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, Bamércio Seguros S.A. "em aprovação" (antiga Bamércio S.A. Previdência Privada), declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento, os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

Colocando-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 10 de agosto de 2018.

Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Bamércio Seguros S.A. - "Em aprovação"
(Anteriormente denominada Bamércio S.A. Previdência Privada)
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Bamércio Seguros S.A. - "Em aprovação" ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bamércio Seguros S.A. - "Em aprovação" em 30 de junho de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Bamércio Seguros S.A. - "Em aprovação", de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Entidade protocolizou junto à SUSEP, o cancelamento da autorização para operar seus dois planos de pecúlios. No mês de julho de 2015, a Entidade cancelou todos os contratos de pecúlios vigentes até esse mês e desde então não mais comercializou nenhum contrato. Em 20 de abril de 2016, a Entidade protocolizou junto à SUSEP a suspensão do pedido de cancelamento do processo citado. Desde julho de 2015, a Entidade não possui nenhuma entrada de participante em seus dois planos de pecúlios, logo, não houve receitas com contribuições. A entidade está em processo de reforma estatutária e transformação em seguradora, conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de maio de 2018 e Assembleia Geral Extraordinária de 11 de junho de 2018. As demonstrações contábeis em 30 de junho de 2018 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer maneira de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de agosto de 2018.

BAMÉRCIO SEGUROS S.A. - “ Em aprovação”
 (Anteriormente denominada Bamércio S.A. Previdência Privada)

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Circulante		15.543	12.348	Circulante		69	1.771
Caixa e equivalentes de caixa		38	24	Contas a pagar		69	1.771
Caixa e bancos		38	24	Obrigações a pagar		37	1.579
Títulos e valores mobiliários		15.472	12.324	Impostos e encargos sociais a recolher		-	76
Cotas de fundos de investimento	4	15.472	12.324	Impostos e contribuições		32	116
Títulos e créditos a receber		33	-	Passivo não circulante		39	42
Despesas antecipadas		33	-	Outros débitos		39	42
Ativo não circulante		5.755	5.580	Provisões judiciais	8	39	42
Realizável a longo prazo		5.755	5.579	Patrimônio líquido		21.190	16.115
Títulos e valores mobiliários		5.736	5.557	Capital social	9	15.000	15.000
Letras financeiras do tesouro	4	5.736	5.557	Capital a integralizar		5.000	-
Títulos e créditos a receber		18	22	Reservas de lucro	9	1.115	1.115
Depósitos judiciais e fiscais	5	18	22	Lucros acumulados		75	-
Intangível		1	1	Total do passivo e patrimônio líquido		21.298	17.928
Outros intangíveis		1	1				
Total do ativo		21.298	17.928				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BAMÉRCIO SEGUROS S.A. - " Em aprovação "

(Anteriormente denominada Bamércio S.A. Previdência Privada)

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2018	2017
Despesas administrativas	10	(263)	(408)
Despesas com tributos		(92)	(109)
Resultado financeiro	10	463	892
Despesas de contingências		-	(15)
Resultado operacional		108	360
Ganhos com ativos não correntes	10	6	177
Resultado antes dos tributos		114	537
Imposto de Renda	7	(17)	(119)
Contribuição Social	7	(22)	(105)
Lucro líquido do período		75	313
Quantidade de ações	9	10.563.400	10.563.400
Lucro líquido por ação		0,01	0,03

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BAMÉRCIO SEGUROS S.A. - " Em aprovação "
(Anteriormente denominada Bamércio S.A. Previdência Privada)
Demonstrações do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do período	75	313
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes, líquido de efeitos tributários	<u>75</u>	<u>313</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BAMÉRCIO SEGUROS S.A. - " Em aprovação "

(Anteriormente denominada Bamércio S.A. Previdência Privada)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	15.000	-	1.963	-	16.963
Lucro líquido do período	-	-	-	313	313
Saldos em 30 de junho de 2017	15.000	-	1.963	313	17.276
Mutação do semestre	-	-	-	313	313
Saldos em 31 de dezembro de 2017	15.000	-	1.115	-	16.115
Lucro líquido do período	-	-	-	75	75
Capital a integralizar	-	5.000	-	-	5.000
Saldos em 30 de junho de 2018	15.000	5.000	1.115	75	21.190
Mutação do semestre	-	5.000	-	75	5.075

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BAMÉRCIO SEGUROS S.A. - " Em aprovação "
(Anteriormente denominada Bamércio S.A. Previdência Privada)
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	75	313
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos Contingências	-	15
Lucro líquido ajustado	<u>75</u>	<u>328</u>
Variação das contas patrimoniais:		
Aumento em ativos financeiros	(3.327)	(179)
Redução em depósitos judiciais e fiscais	4	132
(Diminuição)/aumento despesas antecipadas	(33)	34
(Diminuição)/aumento de fornecedores	-	(33)
Diminuição em impostos e contribuições	(160)	(89)
(Diminuição)/aumento outras contas a pagar	(1.542)	-
Diminuição em provisões judiciais/ outros passivos	(3)	(170)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	<u>(4.986)</u>	<u>22</u>
Atividades de financiamento		
Capital a integralizar	5.000	-
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	<u>5.000</u>	<u>-</u>
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixas	<u>14</u>	<u>22</u>
Caixa no início do período	24	27
Caixa no final do período	38	49
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixas	<u>14</u>	<u>22</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Bamércio Seguros S.A. - "Em aprovação" ("Entidade") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social a instituição de planos previdenciários sob a forma de pecúlio e de rendas, em qualquer de suas formas e modalidades mediante contribuições dos participantes; autorizada a operar com planos de previdência privada aberta em todo o território nacional conforme Portaria nº 411, publicada no Diário Oficial União de 29 de dezembro de 1980, nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e demais normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), operando exclusivamente com a comercialização de planos de pecúlio, com sede na Rua Canadá, nº 387, Jardim América, Capital, São Paulo.

Foi solicitado, junto a SUSEP, o cancelamento da autorização para operar seus dois planos de pecúlios, por meio do processo nº 1514.003809/2015-93. No mês de julho de 2015, a Entidade cancelou todos os contratos de pecúlios vigentes até esse mês e desde então não mais comercializou nenhum contrato.

Em 20 de abril de 2016, a Entidade protocolizou junto a SUSEP a suspensão do pedido de cancelamento do processo supracitado.

Desde julho de 2015, a Entidade não possui nenhuma entrada de participante em seus dois planos de pecúlios, logo, não houve receitas com contribuições.

Em 30 de junho de 2018, a Entidade não possuía participantes ativos em sua base cadastral.

A entidade está em processo de reforma estatutária e transformação em seguradora, conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de maio de 2018 processo nº 15414.616686/2018-06 e Assembleia Geral Extraordinária de 11 de junho de 2018 processo nº 15414.616687/2018-42 na SUSEP.

A partir do ano de 2018, é intenção da Entidade iniciar suas operações em Seguros, mais especificamente nos seguros de vida, residencial e roubo (cartões de crédito) e prestamista, em todo território nacional e, conseqüentemente, alterando a razão social para Bamércio Seguros S.A.

2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

Em consonância à Circular SUSEP nº 517, de 2015, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão preparadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e segundo os critérios de comparabilidade.

2.2. Comparabilidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC nº 21 e da Circular SUSEP nº 517/15.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a sua moeda funcional.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

2.5. Demonstração do resultado abrangente (DRA)

A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos CPCs.

2.6 Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, foram aprovadas pela Administração em 10 de agosto de 2018.

3. Principais práticas contábeis

As seções a seguir, descrevem as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor e vencimento que não afetam a vinculação com ativos garantidores.

3.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem valores a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, bem como contas a pagar e outras dívidas.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Administração, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

b) Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

c) Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

3.3. Provisões técnicas

As provisões técnicas são calculadas com base nos planos de pecúlios nº 15414.002334/2002-1 e nº 15414.001264/2006-90, posicionadas na Entidade em 30 de junho de 2018; seus cálculos estão de acordo com as metodologias e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais conforme disposto pela SUSEP, e com os critérios determinados pela Resolução CNSP nº 281/2013 e alterações posteriores.

Considerando que a Entidade não possui dados suficientes para utilização de metodologia própria, a IBNR é calculada seguindo os dispositivos legais da Circular SUSEP nº 517/2015, sendo assim, a base de cálculo para o mês de junho de 2018, foram pautadas nos pecúlios e contribuições acumuladas nos últimos dozes meses.

Não houve pagamentos de benefícios em seus dois planos de pecúlio, no decorrer do exercício de junho de 2017 a junho de 2018. Desde julho de 2015 a Entidade, não recebe contribuições em razão do cancelamento de sua carteira, conforme relatado em nota explicativa nº 1.

Diante do exposto acima, em 30 de junho de 2018, não houve constituição de provisão técnica.

3.4. Contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.5. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

São calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial sendo para o imposto de renda corrente aplicado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$240 anuais, e para a contribuição social à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 e voltará para a alíquota de 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

3.6. Ativos contingentes, provisões judiciais e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados da seguinte maneira:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões judiciais: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas ou reconhecidos contabilmente como provisões judiciais para a parcela que houver expectativa de saída de caixa e, aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

3.7. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas no período em que elas ocorrem, observado o regime de competência. Para o produto de pecúlio comercializado pela Entidade, o fato gerador da receita é a vigência do risco ou a emissão do certificado o que ocorrer primeiro.

4. Títulos e valores mobiliários

a. Resumo e classificação

	30/06/2018	%	31/12/2017	%
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	15.472	100	12.324	100
Cotas de Fundos de Investimentos	15.472	100	12.324	100
Títulos mantidos até o vencimento	5.736	100	5.557	100
Letras Financeiras do Tesouro	5.736	100	5.557	100
Total	21.208		17.881	

b. Composição por faixa de vencimento

	Até 180 dias	Acima de 250 dias	Valor Contábil	Valor de Mercado
Títulos para negociação:	15.472	-	15.472	15.472
Cotas de Fundos Investimentos	15.472	-	15.472	15.472
Títulos mantidos até o vencimento	-	5.736	5.736	5.736
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.736	5.736	5.736
Total	15.472	5.736	21.208	21.208

c. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2018, o desempenho global dos ativos financeiros em renda fixa, títulos públicos, títulos privados e quotas de fundos de investimentos, que compõem a carteira de aplicações está assim demonstrado:

	Taxas Contratadas	30/06/2018 Custo mais rendimentos	31/12/2017 Custo mais rendimentos
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		15.472	12.324
Cotas de Fundos de Investimentos	90,42% CDI	15.472	12.324
Títulos mantidos até o vencimento		5.736	5.557
Letras Financeiras do Tesouro	100% SELIC	5.736	5.557
Total		21.208	17.881

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

d. Movimentação

	Saldo em 31/12/2017	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 30/06/2018
Valor justo por meio do resultado					
Cotas de Fundos de Investimentos	12.324	5.000	(2.175)	323	15.472
Mantidos até o vencimento					
Letras Financeiras do Tesouro	5.557	-	-	179	5.736
Total	<u>17.881</u>	<u>-</u>	<u>(2.175)</u>	<u>502</u>	<u>21.208</u>

5. Depósitos judiciais e fiscais - ativo circulante e não circulante

A Entidade é parte em processos judiciais e administrativos em andamento, dentre os quais foram efetuados depósitos judiciais e/ou recursais que totalizam R\$18 em 30 de junho de 2018 (R\$ 22 em 2017).

6. Provisões técnicas

a. IBNR

Somente a provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) teve necessidade de provisionamento até outubro de 2016, face às considerações relatadas na nota explicativa nº 1.

As provisões técnicas eram calculadas com base nos planos de pecúlios nºs 15414.002334/2002-1 e 15414.001264/2006-90, posicionadas na Entidade em 31 de dezembro de 2016.

Considerando que a Entidade não possui dados suficientes para utilização de metodologia própria, a IBNR é calculada seguindo os dispositivos legais da Circular SUSEP nº 517/2015, sendo assim, a base de cálculo para os meses de referências novembro e dezembro de 2016, foram pautadas nos pecúlios e contribuições acumuladas nos últimos dozes meses.

Não houve pagamentos de benefícios em seus dois planos de pecúlio, no decorrer do período de dezembro de 2016 a junho de 2018. Desde julho de 2015 a Entidade, não recebe contribuições em razão do cancelamento de sua carteira.

Diante do exposto acima, em 30 de junho de 2018, não houve constituição de provisão técnica.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

b. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A Entidade opera exclusivamente com plano de pecúlio individual estruturado no regime financeiro de repartição simples, na modalidade de benefício definido, ou seja, os valores de benefícios são conhecidos na data de aviso dos sinistros, não ocorrendo alterações de estimativas para seus respectivos pagamentos, e os prazos de liquidação dos mesmos são realizados em média no período de 30 dias a contar da data de comunicação à Administração.

BAMÉRCIO SEGUROS S.A. - "EM APROVAÇÃO"
 (Anteriormente denominada Bamércio S.A. Previdência Privada)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Semestres findos em 30 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

Não há registros de processos judiciais de sinistros no exercício em análise:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Montante estimado para os sinistros											
No ano do aviso	7	8	20	36	27	18	56	3	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	7	8	20	36	27	18	56	3	-	-	-
Pagamento dos sinistros encerrados	(7)	(8)	(20)	(36)	(27)	(18)	(56)	(3)	-	-	-
Provisão de sinistros a liquidar (Administrativos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

c. Ativos garantidores das provisões técnicas

Em 30 de junho de 2018, os seguintes ativos encontram-se vinculados à SUSEP em garantia das provisões técnicas, de acordo com as normas vigentes:

	30/06/2018	31/12/2017
Letras Financeiras do Tesouro	1.176	1.139

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

7. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado antes dos impostos e participações	114	490
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 15%(20% a partir de 09/2015 conforme Lei nº 13.169) respectivamente:	40	221
Efeito das adições e exclusões	(1)	(33)
Imposto de Renda e Contribuição Social devidos	<u>39</u>	<u>188</u>

8. Contingências passivas

8.1. Perdas Prováveis

- Processos Cíveis: a Entidade possui contingências originadas de processos judiciais de natureza cível, no montante aproximado de R\$ 5. Na opinião dos assessores jurídicos as perspectivas de perdas são prováveis;
- Processos Administrativos: a Entidade possui contingência proveniente de Processos Administrativos instaurados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, no montante de R\$34, cuja provisão está constituída em Passivo não Circulante " Outras Provisões - Processos Administrativos".

Movimentação das provisões judiciais

	<u>Contingências Cíveis</u>	<u>Contingências Administrativas</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9	33
Constituições	2	-
Atualização Processos	-	1
Reversões/Pagamentos	(6)	-
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>5</u>	<u>34</u>
Quantidade de Processos	<u>2</u>	<u>2</u>

8.2. Perdas Possíveis

- Tributário: a Entidade possui contingências originadas de processos judiciais de natureza Tributário, no montante aproximado de R\$26. Na opinião dos assessores jurídicos as perspectivas de perdas são possíveis;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

- Cível: a Entidade possui contingências originadas de processos judiciais de natureza Cível, no montante aproximado de R\$479. Na opinião dos assessores jurídicos as perspectivas de perdas são possíveis.

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital social

O capital social subscrito foi totalmente integralizado, considerado o ato societário da assembleia geral extraordinária de 12 de novembro de 2014. Está representado por 10.563.400 (dez milhões, quinhentos e sessenta e três mil e quatrocentas) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$1,42 (um real e quarenta e dois centavos) cada ação.

Conforme AGE realizada em 29/05/2018, foi deliberado o aumento de capital da Entidade, no montante de R\$5.000, elevando-o para R\$20.000, dividido em 20.000.000 (vinte milhões) de ações ordinárias nominativas, com valor nominal. Em 3 de julho de 2018 foi aprovado o aumento de capital pela SUSEP e publicado através da portaria Nº 980 no Diário Oficial da União.

9.2. Composição acionária e percentual de participação

- Crefipar Participações e Empreendimentos S.A.: 91,194%;
- R.L. Participação e Empreendimentos Comerciais S.A.: 8,806%;
- Total: 100,00%

9.3. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

A reserva estatutária é constituída para assegurar à sociedade margem operacional até o limite máximo do capital social, constituída à base do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

9.4. Demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	21.115	16.115
(-) Marcas e patentes	(1)	(1)
Patrimônio líquido ajustado	21.114	16.114

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

Capital mínimo requerido

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das entidades abertas de previdência complementar é o capital total que a Entidade deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

	30/06/2018	31/12/2017
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital Adicional baseado no Risco de Crédito Parcela 2	1.335	1.357
Capital Adicional de Risco de Subscrição	-	-
Capital Adicional de Risco Operacional	-	-
Efeito da correlação entre os riscos	-	-
Capital Risco Mercado	1	2
Capital de Risco Total (II)	1.335	1.357
Capital Mínimo Requerido (CMR) = maior entre (I) e (II)	15.000	15.000
Suficiência (PLA - CMR)	6.114	1.114

10. Detalhamento das contas das demonstrações de resultado

	30/06/2018	31/12/2017
Despesas Administrativas	(263)	(527)
Despesas com Serviços de Terceiros	(204)	(128)
Despesas com Localização e Funcionamento	(3)	(4)
Despesas com Publicações	(46)	(45)
Despesas Administrativas Diversas	(10)	(350)
Resultado Financeiro	463	1.527
Receita Financeira	503	1.611
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	324	1.097
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	179	507
Receita com depósitos judiciais	-	7
Despesas financeiras	(40)	(84)
Despesas com Custódia de Títulos	(38)	(74)
Outras despesas financeiras	(2)	(10)
Ganhos com ativos não correntes	-	177
Outras receitas não correntes-Reversão provisão multa - Julgamento CRSNSP	-	177

11. Teste de adequação dos passivos ("Liability Adequacy Test - LAT")

A Entidade elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem a definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste, conforme disposto na Circular SUSEP nº 517 de 2015. O Teste de Adequação de Passivos (TAP) foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados e informações fidedignas; é importante ressaltar que a entidade cancelou todos os contratos de pecúlio nos seus dois planos em julho de 2015, desde então, não mais comercializou nenhum contrato.

Foi solicitado, junto a SUSEP, o cancelamento da autorização para operar seus dois planos de pecúlios. No mês de julho de 2015, a Entidade cancelou todos os contratos de pecúlios vigentes até esse mês e desde então não mais comercializou nenhum contrato.

No decorrer do exercício de dezembro de 2015 a junho de 2018, não houve pagamentos de benefícios, em seus dois planos, ademais, desde julho de 2015 a Entidade, não recebe contribuições em razão do cancelamento de sua carteira.

Diante do exposto e com base na legislação vigente, em 30 de junho de 2018, nenhum tipo de provisões técnicas foi constituído.

De acordo com as normas definidas na Circular Susep nº 517/15, a ausência de participantes, bem como, a inexistência de provisões técnicas, não há que se realizar o estudo do TAP.

12. Gerenciamento de riscos

A Entidade conta com estrutura de gestão de riscos, definida e aprovada pela Administração, que tem a responsabilidade de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional.

A gestão de riscos contempla os modelos definidos internamente pela Entidade, as técnicas de acompanhamento de riscos, pessoal especializado subordinado hierarquicamente aos departamentos ligados às componentes de risco, a utilização de softwares específicos de monitoramento de riscos e sistemas de emissão de relatórios.

Os relatórios são de frequência diária, mensal e anual, ou conforme requeridos e, ferramentas possibilitam a simulação de cenários de estresse, o que permite à Entidade identificar a qualquer instante, situações que podem se materializar em risco.

O gerenciamento dos riscos é coordenado pela "Diretoria de Controles Internos" em conjunto com a gerência de riscos e controles internos, produtos, tesouraria, e os demais componentes - Controles Internos, análise de processos, auditoria interna e segurança da informação, com estrutura compatível as operações da Entidade.

12.1. Risco de seguro/subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculos das contribuições.

A Entidade opera unicamente com plano de pecúlio individual por meio dos seguintes planos:

- Processo SUSEP 15414.002334/2002-01 - Data da aprovação: 25 de junho de 2002;
- Processo SUSEP 15414.001264/2006-90 - Data da aprovação: 6 de junho de 2006.

A gestão de risco de seguro e financeiro da Entidade leva em consideração os níveis de manutenção de custos atuais e futuros para o pagamento de benefícios, bem como as receitas de serviço cobradas dos participantes, para cobrir esses custos. A Entidade avalia, constantemente, os respectivos níveis de persistência com base em experiência histórica, levando esse estudo em consideração por ocasião da aquisição de ativos financeiros, evitando, assim, potenciais efeitos adversos e mantendo níveis adequados de caixa para cumprir todas as suas obrigações contratuais futuras.

Desta forma, para a carteira de previdência a Administração assume as seguintes premissas atuariais:

- Utilização de tábuas biométricas aprovadas pela legislação vigente e que representem a melhor estimativa de mortalidade e/ou sobrevivência para a massa segurada;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

- Utilização de taxa de juros igual ou inferior à taxa básica de juros da economia brasileira;
- Base de dados composta por informações referentes a um período não inferior a 36 meses, contados a partir da data-base de análise.

O cálculo do capital adicional baseado no risco de subscrição é calculado de acordo com as normas estabelecidas por meio da Resolução CNSP nº 321/2015.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Entidade deve efetuar a indenização de todos os eventos ocorridos durante a vigência do plano, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período e parte destes sinistros está relacionada à provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR). A Gerência de Riscos em conjunto com a área atuarial realiza monitoramento constante para verificação da adequação da provisão de IBNR constituída comparadas às datas de ocorrência dos sinistros.

Resultado da análise de sensibilidade

A alínea e, inciso XI, artigo 156, contido no anexo I da Circular SUSEP nº 517/2015 determina que se faça uma análise de sensibilidade considerando, principalmente, as seguintes variáveis:

- Sinistralidade;
- Taxas de juros;
- Índice de conversibilidade;
- Mortalidade (frequência e severidade);
- Sobrevivência;
- Inflação.

No mês de julho de 2015, a Entidade encerrou suas atividades, cancelando todos os contratos de pecúlios vigentes até esse mês e desde então não mais comercializou nenhum contrato.

No decorrer do período de dezembro de 2015 a junho de 2018, não houve pagamentos de benefícios, em seus dois planos, ademais, é de conhecimento que desde julho/2015 esta Supervisionada não recebe contribuições em razão do cancelamento de sua carteira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

Diante do exposto e com base na legislação vigente, em 30 de junho de 2018, nenhum tipo de provisões técnicas foi constituído, bem como, o Teste de Adequação do Passivo que teve sua inaplicabilidade.

De acordo com as normas definidas na Circular Susep nº 517/15, a ausência de participantes e a inexistência de provisões técnicas, não foi possível realizar o estudo do TAP.

Por fim, mediante o contexto analisado, representado pela ausência de obrigações decorrentes dos contratos dos planos de pecúlios, a inexistência de provisões técnicas e inaplicabilidade do TAP, torna-se impossível desenvolver qualquer tipo de análise de sensibilidade que contemplem a determinação da alínea "e", inciso XI, artigo 156, contido no anexo I da Circular SUSEP nº 517/2015.

12.2. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações com a Entidade. A Administração tem políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, por intermédio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros, que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e seus fatores dinâmicos de mercado.

A política de gestão de riscos da Entidade visa assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada ao perfil e limites de risco apropriados ao negócio da Entidade e alinhados à política de investimento definida. A Entidade busca realizar a gestão dos ativos financeiros por meio da diversificação das aplicações quanto ao nível de exposição e limites de alocação dos ativos, visando mitigar os riscos e garantir retornos sustentáveis.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros, distribuídos por rating de crédito avaliados pelo departamento de risco da Entidade e os ativos classificados na categoria "sem rating" são fundos de investimentos de baixo risco, com rentabilidade indexada à variação do CDI (Fundo Bradesco Empresas FIC REF DI Federal):

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Semestres findos em 30 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

Composição da carteira por classe e categoria contábil	30/06/2018		
	AAA	Sem rating	Total
Caixa e Bancos	38	-	38
Ativos Financeiros			
Valor justo por meio do resultado	-	15.472	15.472
Mantidos até o vencimento	5.736	-	5.736
Exposição máxima ao risco de crédito	5.774	15.472	21.246

12.3. Risco de liquidez

É definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Entidade, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A política de gestão de riscos de liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam o estabelecimento de reserva mínima de liquidez e que garantam a Entidade honrar com seus compromissos, bem como a existência de estratégias e planos de ação para situações de crise de liquidez.

A estrutura responsável pelo gerenciamento do risco de liquidez é a gerência de riscos, com o apoio do departamento de tesouraria, que monitora e controla o fluxo de caixa, as aplicações financeiras, elabora relatórios gerenciais das condições de liquidez da Entidade, que são direcionados a Diretoria.

Fluxo de caixa em 30 de junho de 2018

	Sem vencimento	Acima de 1 ano	Total
	definido		
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	15.472	-	15.472
Cotas de Fundos de Investimentos	15.472	-	15.472
Títulos mantidos até o vencimento	-		5.736
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.736	5.736
Caixa e equivalentes de caixa	38	-	38
Total do ativo	15.510	5.736	21.246
Passivos financeiros	69	-	69
Contas a pagar	69	-	69
Total do passivo	69	-	69

12.4. Risco de mercado

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias.

O gerenciamento de risco de mercado é realizado com a aplicação de metodologias previamente definidas e sistemas adequados à natureza das operações e a complexidade dos produtos ofertados e a dimensão da sua exposição.

Os processos de avaliação de riscos buscam identificar os descolamentos de preços no mercado que possam impactar negativamente as posições assumidas da Entidade perante o mercado. São aplicadas metodologias para o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco e o cálculo do valor em risco (VaR), aplicação de testes de estresse de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, com a utilização de cenários históricos ou de mudança de premissas.

A Entidade utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. O resultado dessas análises é utilizado para gestão de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Entidade em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e condições de mercado previstas para períodos futuros e seus resultados são utilizados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos específicos originados de ativos e passivos detidos pela Entidade.

Todos os ativos possuem rentabilidade indexada à variação do CDI e SELIC e assim estão protegidas de perdas advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxa de juros, moedas e índices de preços. No caso de considerarmos uma premissa de aumento de 3,0% na taxa de juros o impacto será positivo no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

Análise de sensibilidade de risco de mercado

Cenário

Classe	Premissas (%)	Saldo Contábil	30/06/2018	Variação no Resultado e no PL
			Saldo estimado	
Ativos Pós-fixados Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro	3,0%aa na taxa	5.736	5.908	172
Quotas de Outros Fundos de Investimentos	3,0%aa na taxa	15.472	15.936	464
Total		<u>21.208</u>	<u>21.844</u>	<u>636</u>
Impacto tributário (44,65%)		-	-	(284)
Efeito líquido de impostos		<u>21.208</u>	<u>21.844</u>	<u>352</u>

12.5. Risco operacional

É o risco definido como possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A gestão de risco operacional é realizada por meio da disponibilização de ferramentas, divulgação de políticas e metodologias da Entidade e a disseminação da cultura, monitoradas por meio de atividades contínuas de gestão e pela auditoria interna. Os pontos identificados de não conformidade são comunicados à administração para garantir uma eficiente gestão de risco operacional e mitigação de perdas da Entidade. O gerenciamento do risco operacional está centralizado no departamento de riscos. Matrizes de riscos são utilizadas para identificar, avaliar, tratar, controlar e monitorar os riscos que as operações da Entidade estão sujeitas e são periodicamente revisadas e atualizadas.

12.6. Gestão de risco de capital

A Entidade executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo CNSP e pela SUSEP. A estratégia e o modelo utilizado pela Administração consideram "capital regulatório" e "capital econômico" segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Entidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

A estratégia de gestão de risco de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Entidade por meio da otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Entidade.

Os principais objetivos da Entidade em sua gestão de capital são:

(a) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e pela SUSEP; (b) apoiar ou melhorar o rating de crédito da Entidade pelo tempo e pela estratégia de gestão de risco; e (c) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

12.7. Resumo do relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de risco é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações. Ela abrange os riscos de mercado, liquidez, operacional e de crédito. Para fazer frente aos eventos de risco, essa estrutura é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Entidade. Em razão disto, a Administração promove sua revisão anual, bem como de suas políticas, ou em periodicidade inferior se eventos extraordinários ou conjunturas adversas assim o exigirem.

13. Transações com partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

Crefisa S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos

A operação existente entre as empresas ocorre mediante o encaminhamento de clientes, sem atribuição de remuneração entre as partes.

Adobe Assessoria de Serviços Cadastrais S.A.

A Entidade utiliza serviços operacionais e administrativos, compartilhados com a estrutura, da Adobe Assessoria de Serviços Cadastrais S.A.

Fornecer serviços de pessoal chave para a Administração da Entidade, sem atribuição de remuneração entre as partes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2018
(Em milhares de Reais)

14. Eventos subsequentes

Na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de maio de 2018, a Entidade protocolou na SUSEP através do processo nº 15414.616686/2018-06 a solicitação de aumento de capital. Em 3 de julho de 2018 foi aprovado o aumento de capital pela SUSEP e publicado através da portaria Nº 980 no Diário Oficial da União:

I. Aumento do capital social no montante de R\$5.000 (cinco milhões de reais), elevando-o para R\$20.000 (vinte milhões de reais), dividido em 20.000.000 (vinte milhões) de ações ordinárias nominativas, com valor nominal;

II. Reforma do estatuto social.

Leila Mejdalani Pereira

Diretora Presidente

José Roberto Lamacchia

Diretor Superintendente

Mardey Gomes Teixeira

Atuário - Registro MTB nº 1233 - MIBA

Edson Carmo Lopes

Contador - CRC 1 SP 214138/O-4